



ANEXO III(a) do MPO
Relação de documentos para solicitação de financiamento de empreendimentos junto ao FEHIDRO

PREFEITURAS MUNICIPAIS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

- 1) Ficha Resumo do Empreendimento - **Anexo I ou II** do MPO (emitida diretamente no SINFEHIDRO 2.0)
- 2) Cronograma Físico-Financeiro - **Anexo VII** do MPO
- 3) Planilha de Orçamento - **Anexo VIII** do MPO
- 4) Documentos Técnicos referentes ao empreendimento:
 - a. Para estudos, projetos, pesquisas e atividades afins: Termo de Referência;
 - b. Para obras e serviços correlatos:
 - a. Projeto Básico ou executivo, conforme estabelecido pela Lei federal nº 8.666/1993;
 - b. Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Especificações Técnicas e demais documentos pertinentes.
- 5) Cópia do protocolo de requerimento ou das Licenças ambientais e/ou de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no que couber, conforme análise do Agente Técnico:
 - a. Cópia do protocolo de requerimento ou da Licença Prévia - LP da CETESB;
 - b. Cópia do protocolo de requerimento ou da Licença de Instalação - LI da CETESB;
 - c. Cópia do protocolo de requerimento ou da Licença de Operação - LO da CETESB;
 - d. Cópia do protocolo de requerimento ou da Licença de perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimentos de construção de poços profundos;
 - e. Cópia do protocolo de requerimento ou da publicação do Ato de Outorga do DAEE.
- 6) Deliberação do Colegiado indicando o empreendimento junto ao FEHIDRO
- 7) Atestado da Câmara Municipal de Efetivo Exercício de Mandato do Prefeito (assinado pelo(a) Presidente da Câmara)
- 8) Cópia do cartão do CNPJ
- 9) Cópia do RG do Responsável Legal
- 10) Cópia do CPF do Responsável Legal
- 11) Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno (quando necessário):
 - a. posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
 - b. posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou
 - c. locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento.
- 12) Declaração conforme **Anexo IX** do MPO
- 13) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF

A certidão deve estar válida na data de protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação do empreendimento.
- 14) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo inclusive contribuições sociais)

A certidão deve estar válida na data de protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação do empreendimento.
- 15) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT

A certidão deve estar válida na data de protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação do empreendimento.
- 16) Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios – CRMC

A certidão deve estar válida na data de protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação do empreendimento.

Em caso de órgãos da administração direta com CNPJ diferente da Prefeitura Municipal, deve ser apresentado CRMC em nome da Prefeitura
- 17) Declaração, emitida pela entidade responsável pela cobrança, em bacia com a cobrança implantada:
 - a. de Adimplência com a cobrança pela utilização dos recursos hídricos para Tomador usuário de recursos hídricos; ou
 - b. de que Tomador não é usuário de recursos hídricos na bacia